

## CLIPPING

17/2019  
24 de Maio de 2019

## EDUCAÇÃO

- Após protestos, governo usa reserva para liberar dinheiro para educação
- Governo decide repor 21% da verba cortada na educação
- Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans
- Ministro da Educação defende cobrança de mensalidade na pós-graduação
- A fatura universitária
- MEC quer trazer recurso para universidade com parcerias privadas
- Ministro diz que estuda propostas para ampliar recursos do Fundeb
- Pravalter levanta R\$ 300 milhões



## Após protestos, governo usa reserva para liberar dinheiro para educação

### **Ministério reduz projeção de crescimento da economia e eleva a da inflação**

O governo federal vai usar recursos da reserva orçamentária para desbloquear parte do dinheiro da educação que havia sido contingenciada. A medida foi anunciada nesta quarta (22), uma semana após os protestos que levaram manifestantes a mais de 170 cidades do país. Ao fim do primeiro bimestre, a reserva orçamentária somava R\$ 5,372 bilhões. O governo vai usar R\$ 2,166 bilhões deste valor para cobrir uma frustração de receita com o menor crescimento da economia. Além disso, destinará R\$ 1,587 bilhão para recompor recursos bloqueados no Ministério da Educação e mais R\$ 56,6 milhões para o Ministério do Meio Ambiente. Usando a reserva, o governo contornou novo bloqueio de verbas orçamentárias, que inflamou protestos na semana passada.

Com a recomposição orçamentária, o contingenciamento no MEC voltou ao patamar anunciado em março, de R\$ 5,839 bilhões. Isso porque, no início do mês, o governo havia determinado um bloqueio adicional no mesmo valor liberado agora.

Segundo o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, a decisão de não realizar novo congelamento partiu do Executivo.

Questionado sobre por que o governo decidiu usar só agora a reserva, Rodrigues diz que o recurso seria insuficiente para cobrir a necessidade de contingenciamento anunciada em março. "Não daria conta. Na reprogramação do segundo bimestre, os R\$ 2,1 bilhões foram absorvidos na íntegra dentro do colchão."

O objetivo desses recursos é acomodar choques decorrentes das flutuações de receitas e despesas do governo. O secretário afirma que a reserva pode ser reconstituída a qualquer momento, conforme melhora a arrecadação do governo. A estimativa para a receita primária divulgada nesta quarta aumentou em R\$ 711 milhões, totalizando R\$ 1,545 trilhão. Já a projeção para despesas recuou em R\$ 1,2 bilhão, a R\$ 1,411 trilhão.

Ele também não descartou lançar mão do recurso novamente, se a situação piorar. "Se notarmos que precisaremos retirar um pouco mais da reserva em alguns momentos, nós vamos retirar."

Na revisão de parâmetros, a projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) foi reduzida de 2,2% para 1,6% neste ano —para 2020, houve outra redução, de 2,7% para 2,6%. A equipe econômica também passou a ver mais inflação, com o IPCA (índice oficial de preços) subindo de 3,8% para 4,1% em 2019.

Ainda assim, a projeção para o PIB feita pela equipe econômica se manteve abaixo das expectativas de mercado. Nas últimas 12 semanas, a previsão para o crescimento econômico neste ano foi reduzida e, agora, está em 1,24%.

Rodrigues não descartou mais mudanças nas projeções nas próximas revisões orçamentárias.

Na avaliação dele, não necessariamente o viés é de baixa.



“Entendemos que a reforma da Previdência vai ser aprovada, com forte impacto fiscal, e esses resultados serão alterados nas próximas avaliações, sobretudo a que vier após a aprovação da PEC, que trará parâmetros diferentes tanto do lado da receita quanto do lado da despesa, em particular do lado da receita”, afirmou. Rodrigues citou ainda como iniciativas que podem melhorar as expectativas a aprovação da reforma tributária e ações ligadas à recuperação judicial de falências. Além disso, afirmou que no próximo dia 3 de junho apresentará, em São Paulo, medidas associadas ao mercado de capitais. No final de março, o governo anunciou o congelamento de R\$ 29,582 bilhões das despesas previstas para o ano após a revisão da projeção para o crescimento econômico no ano, o que implicaria queda nas receitas previstas. O valor representava 23% das despesas não obrigatórias do governo federal. Só a área social teve bloqueio de R\$ 7,5 bilhões. Nesta quarta, Rodrigues descartou influência dos protestos na decisão e só analisou números ao tomar a decisão de recompor os valores. “É uma decisão política tecnicamente embasada”, defendeu. “Governar é estabelecer prioridades. Vimos o altíssimo impacto que os dois ministérios têm e fizemos uma recomposição do contingenciamento orçamentário.” A decisão, entretanto, foi tomada em reunião colegiada na última segunda-feira (20) que contou com a participação do ministro Paulo Guedes (Economia) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil) –ambos têm voto no conselho que tomou a decisão de recompor os valores à Educação e ao Meio Ambiente.

### **Cessão onerosa**

Uma das apostas para melhorar a arrecadação do governo, a cessão onerosa permanece cercada de incertezas. Embora o secretário afirme que a questão está avançando a passos sólidos, o governo precisa do aval do Congresso para poder pagar à Petrobras pelos recursos obtidos com o leilão das áreas do pré-sal, que deve ocorrer no final de outubro. O valor em questão soma US\$ 9,058 bilhões. Para a União, o valor arrecadado no leilão com bônus de assinatura e receita primária direta deve chegar a R\$ 106,6 bilhões. Sem a aprovação do Congresso, o governo corre o risco de descumprir a regra do teto de gastos. “Estamos dialogando com o Congresso Nacional, parte imprescindível para chegarmos a bom termo todos os aspectos ligados à cessão onerosa”, afirmou. A inclusão da questão em uma PEC (proposta de emenda constitucional) já em tramitação está sendo negociada com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A incerteza sobre os recursos, diz, não inviabiliza a disputa. “Temos um cronograma a seguir. Temos condições de realizar o leilão, há fortíssimos interesses privados”, disse. Rodrigues afirmou ainda que o certame pode ocorrer sem aprovação da PEC, “mas não entra no nosso cenário.”

**Fonte: Folha de SP**

## Governo decide repor 21% da verba cortada na educação

### **Medida foi anunciada pela gestão Bolsonaro a uma semana de novo protesto**

Uma semana após protestos em todo o país contra os cortes na educação, o governo Jair Bolsonaro anunciou que irá repor parte da verba da área. Com o uso de recursos de uma reserva, será destinado ao Ministério da Educação um total de R\$ 1,6 bilhão –21% do valor que havia sido contingenciado (R\$ 7,4 bilhões).

Os cortes na área atingiram do ensino infantil à pós-graduação. Nas universidades federais, a verba para despesas discricionárias (não obrigatórias) foi reduzida em 30%.

No final de abril, ao anunciar a medida, o ministro Abraham Weintraub (Educação) atribuiu-a a uma resposta a uma suposta "balbúrdia" em algumas instituições. Depois, disse que se devia à previsão de menor arrecadação.

Após as manifestações contra a medida levarem às ruas milhares de pessoas em mais de 170 cidades, entidades ligadas à educação já convocaram um novo megaprotesto para a semana que vem, no dia 30.

Nesta quarta, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, negou qualquer influência dos atos de rua na decisão e disse que só analisou números. "Governar é estabelecer prioridades. Vimos o altíssimo impacto que os dois ministérios têm e fizemos uma recomposição do contingenciamento orçamentário", declarou, referindo-se também à pasta do Meio Ambiente, que também teve parte da verba reposta.

Nesta quarta (22), em audiência na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação falou sobre os cortes na pasta e voltou a defender maior incentivo à produção científica de algumas áreas, como medicina e odontologia, em detrimento de outras, como as ciências humanas.

Afirmou, sem detalhar, que estuda apresentar até o fim do mês medidas em apoio às universidades, como incubadoras de empresas nas instituições e fundos imobiliários.

Para ele, há pessoas que impedem a produção na academia. "Tem gente que quer produzir, quer trabalhar e não consegue. Não é 100% de anjo que está nas universidades", disse.

"Optei por dar aula em uma universidade federal, não para playboy, me identifico com o povo. Tem gente de partido da oposição que dá aula em universidade de rico. Prefiro estar com o povo com quem me identifico, com o povo moreno como eu, que sou moreno também."

Ele ainda se manifestou contra a cobrança de mensalidade na graduação, apoiada recentemente pelo governador da Bahia, Rui Costa (PT), mas defendeu que isso ocorra em parte da pós-graduação.

"Cobrar dos alunos de graduação eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas, mas que às vezes é de família rica e tem pai desnaturado", disse.



"Mas eu acho que, se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar."

Segundo o ministro, a cobrança não valeria para todos os cursos, mas para as áreas mais ligadas ao mercado.

No final da audiência, houve tumulto após a presidente da mesa, a deputada Professora Marcivânia (PC do B-AP) abrir espaço para representantes dos estudantes falarem. A abertura foi contestada por deputados aliados do governo, que alegaram não terem tido espaço para fazer perguntas ao ministro.

Estudantes se aproximaram da mesa e foram empurrados por seguranças, que tentaram retirá-los do local. Minutos depois, o ministro saiu escoltado da comissão, e a audiência foi encerrada em meio a vaias.

Houve desentendimento na audiência também entre Weintraub e a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), que anunciou um processo de danos morais contra ele.

Segundo ela, a decisão foi tomada após ele distribuir documentos com seu número de telefone pessoal e números de membros da sua equipe durante a reunião na comissão de educação.

Mais cedo, Tabata havia cobrado o ministro por não tê-la recebido na pasta após ela solicitar informações sobre o planejamento estratégico da área. Weintraub disse que havia enviado quatro convites à deputada.

"Sua equipe talvez não tenha passado para a senhorita. Mas aí é uma questão de gestão da equipe da senhorita", acusou.

Em seguida, ele disse que iria colocar os pedidos no Twitter, e a deputada pediu que fossem entregues diretamente a ela ainda na comissão. O ministro então disse que iria distribuir cópias dos convites no local.

Ao ver os papéis, Tabata afirmou que, além de exporem seus dados, os convites foram feitos pela gestão anterior, de Ricardo Vélez Rodríguez. "Pelo menos faça as contas para não passar constrangimento", disse. O ministro não respondeu.

**Fonte: Folha de SP**

## Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans

### ***Instituições estão dedicando vagas específicas na graduação e pós-graduação a esse público***

Depois de negros, índios e pessoas com deficiência e de baixa renda, as universidades federais têm criado uma nova política de cotas para atrair alunos trans, grupo que ainda têm presença pequena na educação superior. Pesquisa da Andifes (entidade de reitores) com 424 mil estudantes matriculados nas federais mostra que apenas 0,1% se declarou homem trans e 0,1% mulher trans.

Segundo levantamento da Folha, há cotas específicas para alunos dessa categoria em ao menos 12 das 63 universidades públicas – equivale a 19% do total.

A inserção de trans no mundo acadêmico passou a ser registrada a partir da segunda metade desta década.

Esse tipo de cota tem ganhado mais fôlego na pós-graduação. Nove universidades federais, como as do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Brasília, mantêm vagas para transgêneros em ao menos um de seus programas de mestrado e doutorado.

Já nas federais do ABC, da Bahia e do Sul da Bahia, as cotas também se estenderam aos cursos de graduação. A seleção de cotistas trans é feita em processos seletivos promovidos pelas próprias instituições ou por meio do Sisu, que utiliza notas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Na pós, os cotistas trans são escolhidos, geralmente, em fases que envolvem análise de currículo, entrevista e prova.

O MEC (Ministério da Educação), sob a gestão de Abraham Weintraub, diz não ter nenhum estudo para ampliar o número de cotas para a população trans e ressalta que as universidades têm autonomia para estabelecer suas políticas afirmativas.

Professores ouvidos pela Folha afirmam que a pós-graduação têm sido mais célere na criação de vagas aos transgêneros, devido à menor burocracia. Na graduação, é um colegiado formado por professores, alunos e técnicos que delibera sobre temas que impactam a comunidade.

A Federal do ABC, na Grande São Paulo, vai receber em junho a primeira leva de alunos transgêneros aprovados via Sisu em seu recém-criado programa de reserva de vagas. A universidade separou 32 vagas para a iniciativa, cerca de 1,5% do total. Destas, 15 foram ocupadas. Tatiana Lima Ferreira, pró-reitora adjunta de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da UFABC, diz que o percentual oferecido foi decidido tomando por base o tamanho da população trans dos Estados Unidos, que beira 1,8%. “Não temos estudos consolidados no Brasil sobre os trans, mas esse percentual será revisado sempre que possível nos próximos anos.”

Filipe Zana, 22, é homem trans e um dos aprovados por cota no bacharelado em Ciências e Humanidades da instituição federal paulista. Filho de um ajudante de pedreiro e de uma auxiliar de limpeza, vê a chegada de seu grupo à universidade como um movimento sem volta, porém tardio.



“Queremos parar de ser o objeto de estudo para ser o sujeito que pesquisa. Prestem atenção: quantos são os artigos escritos por pesquisadores trans que estudam vivências trans?”.

Zana tem participado neste mês de aulas de reforço em leitura e escrita acadêmica. A dúvida do calouro está mais nas disciplinas que precisará escolher do que na forma como será recebido por sua turma. “Já na matrícula eu me senti abraçado”, conta.

Os aprovados assinaram uma autodeclaração afirmando serem pessoas trans. Não foi preciso apresentar laudos psicológicos ou outros exames. Uma comissão foi formada para garantir a permanência dos novos estudantes e apurar denúncias de fraudes.

Foi o Prisma, coletivo LGBT, que pautou a implantação de cotas trans na Federal do ABC. Leona Wolf, 37, cientista social e integrante da entidade, diz que deparou com muito desconhecimento sobre a causa trans entre os debatedores da política inclusiva.

“Começaram a dizer que ao implantar cotas para alunos trans, a universidade discriminaria gays e lésbicas. É por esse nível que a discussão foi caminhando”, afirmou.

Em uma das reuniões, Erica Malunguinho (PSOL), a primeira deputada transexual eleita da Assembleia Legislativa de São Paulo, defendeu a aprovação das cotas na UFABC.

“Ter os nossos corpos dentro desses espaços não é um benefício para nós.

É um benefício para a universidade, que terá a oportunidade e o privilégio de lidar com mentes que resistiram e construíram intelectualidade a despeito de toda a opressão”, disse na ocasião. A principal demanda dos coletivos LGBTs e das universidades é pela ampliação da participação de mulheres trans entre os cotistas. Na Federal do ABC, apenas Samanta, 17, efetivou matrícula de um total de 15 aprovados.

A adolescente, autorizada pelos pais a divulgar apenas seu primeiro nome social, diz ser privilegiada. Fala inglês, concluiu a formação básica na idade ideal e conseguiu apoio da família desde que iniciou sua transição de gênero.

“Sou a exceção da exceção. A maioria é expulsa de casa quando sai do armário. Sem profissão, elas acabam na prostituição e no tráfico de drogas”, diz a estudante.

No país que mais mata trans no mundo —163 casos em 2018, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais—, o ideal é proteger a infância das pessoas transgêneros para elevar o nível educacional, diz Keila Simpson, presidente da entidade.

“É nessa fase que eles abandonam os estudos ou por preconceito ou por falta de apoio da família e da escola.”

Primeira a criar cotas na graduação para alunos trans, em 2017, a Universidade Federal do Sul da Bahia tenta reverter a baixa adesão de mulheres trans em seus cursos.

A instituição criou um cursinho preparatório para o Enem em Itabuna (317 km de Salvador) para travestis e trans, conta Sandro Ferreira, pró-reitor de Integração Social.



A iniciativa virou objeto de estudo do mestrado da professora de história Isabella dos Santos Silva, 32, também mulher trans e que assumiu a coordenação do projeto. Ela conta que foi em pontos de prostituição para convencer as meninas a estudar. “Entre 16 participantes, sete conseguiram entrar no ensino superior”, diz Isabella.

A continuidade das atividades do cursinho, segundo o pró-reitor, ficou comprometida. A instituição foi a mais afetada no país pelos cortes de verba do MEC, com redução de 53,96% de seu orçamento discricionário.

O MEC diz não ter “gestão sobre onde e como a instituição utilizará os recursos”.

Para Yuji Gushiken, da pós em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso, programa que também mantém assentos para pesquisadores trans, o trabalho de Isabella repercute não apenas porque ela virou uma mestranda.

“O que importa é se as pesquisadoras trans conseguirem se inserir academicamente e repassar o que aprenderam de alguma forma. Cabe à universidade ser um espaço potente para isso.”

**Fonte: Folha de SP**



## Ministro da Educação defende cobrança de mensalidade na pós-graduação

### **Weintraub diz ser contra cobrança no caso de alunos de graduação**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta quarta-feira (22) ser contra cobrança de mensalidade de alunos na graduação, mas defendeu que isso ocorra para a pós-graduação, como em alguns cursos de mestrado.

“Cobrar dos alunos de graduação eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas, mas que as vezes é de família rica e tem pai desnaturado”, disse.

“Mas eu acho que se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar. O aluno de graduação, acho que não, esse a gente poderia postergar. Mas o de pós, esse tem condição de pagar.”

Segundo o ministro, no entanto, a cobrança não valeria para todos os cursos. “Não é para toda pós-graduação, mas para algumas que têm visão de mercado, a gente aí poderia cobrar e daria mais receita em relação ao custo, energia e retorno financeiro.”

A afirmação ocorreu durante audiência em comissão Câmara dos Deputados. Mais cedo, o ministro já havia dito ser contra a cobrança de mensalidade na graduação, mas disse que alunos dessa etapa estariam em situação mais privilegiada em relação aos de outros níveis.

“Somos contra a cobrança de alunos na graduação. Não é nosso projeto.

Mas a verdade é que esse aluno mesmo sendo pobre e humilde está numa situação melhor socialmente do que uma criança que não consegue entrar na escola ou em uma creche”, disse.

Ainda no encontro, o ministro buscou tentar minimizar o impacto do contingenciamento de verbas para as universidades. “Não adianta a gente achar que os recursos são infinitos. Nossos desejos são finitos”, disse.

Em nova tentativa de rebater críticas, Weintraub disse que universidades “não são um país à parte”. “Sou 100% a favor da autonomia universitária. Acho inclusive que tem que dar mais. Mas autonomia não é soberania. [A universidade] É de quem paga imposto. Ela não é um país a parte”, afirmou.

Também voltou a defender que haja maior incentivo à produção científica de algumas áreas, como medicina e odontologia, em detrimento de outras, como as ciências humanas.

“Não adianta produzir um paper que ninguém vai utilizar”, disse. “Onde estão as bolsas e os recursos? Nas ciências humanas, aqui em cima”, disse mostrando gráficos. “A gente gasta, mas não tem resultado.”

Em meio ao debate, parlamentares da oposição contestaram as declarações e saíram em defesa das universidades.

“Não vou dizer que o senhor é um cretino. Mas que algumas das suas declarações são cretinas”, afirmou o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), em referência à afirmação do ministro de que as universidades fazem “balbúrdia”.



Em seguida, exigiu que ministro pedisse desculpas à sociedade por suas declarações à imprensa. Outros deputados também questionaram dados apresentados pelo ministro e sua preparação para exercer o cargo.

O ministro rebateu. Em resposta a deputados da Bahia, estado com governo do PT, disse que universidades estaduais do estado também estão "em situação muito mais dramática do que qualquer coisa parecida que está acontecendo no governo federal".

Houve bate-boca e tumulto entre parlamentares por alguns minutos. A sessão foi retomada minutos depois.

Ao retomar a palavra, Weintraub disse que estuda apresentar, até o fim deste mês, medidas em apoio às universidades, como projetos de incubadoras de empresas dentro das instituições e fundos imobiliários.

Ele não detalhou as ações. Para ele, há pessoas que impedem a produção nesses locais. "Tem gente que quer produzir, quer trabalhar e não consegue. Não é 100% de anjo que está nas universidades", disse. "Optei por dar aula em uma universidade federal, não para playboy, me identifico com o povo. Tem gente de partido da oposição que dá aula em universidade de rico. Eu prefiro estar com o povo com quem me identifico, com o povo moreno como eu, que sou moreno também", disse.

Convocada para explicar os cortes nas verbas de educação, a audiência terminou em tumulto entre parlamentares e representantes do movimento estudantil.

A confusão começou após a presidente da mesa, a deputada Professora Marcivânia (PCdoB-AP) abrir espaço para que representantes dos estudantes pudessem falar durante a audiência. A abertura foi contestada por alguns deputados aliados do governo, que alegaram não terem tido espaço para fazer perguntas ao ministro. Houve tumulto.

Estudantes se aproximaram da mesa e foram empurrados por seguranças, que tentaram retirá-los do local. Minutos depois, o ministro saiu escoltado da comissão e a audiência foi encerrada em meio a vaias e protestos. "Para falar com o ministro da educação, onde mais temos que estar?", questionou a presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Mariana Dias. "Botar estudante para fora é postura de casa democrática? A partir de hoje, Bolsonaro e seu ministro não dormem mais em paz porque é estudante na rua. Se eles querem balbúrdia, a gente faz em defesa dos nossos direitos."

**Fonte: Folha de SP**

## A fatura universitária

O lado positivo de crises fiscais é que elas nos obrigam a repensar prioridades, oferecendo a possibilidade de nos livrarmos de dogmas. O governador da Bahia, Rui Costa, afirmou que estudantes de famílias ricas poderiam contribuir com a universidade pública pagando mensalidades. Costa, é importante frisá-lo, é do PT, partido que se destaca na defesa da chamada “universidade pública, gratuita e de qualidade”. Universidades podem ser públicas ou privadas, podem exceler ou ser péssimas, mas não podem ser gratuitas. Alguém paga por elas. Ou a conta vai para o tesouro, recaindo sobre o conjunto dos contribuintes, ou fica com o aluno e sua família. É aqui que lógica e ideologia se divorciam. A esquerda defende em bloco a gratuidade, para o estudante, do ensino superior, mas é difícil até imaginar um arranjo mais regressivo do que esse. Afinal, o sujeito que se forma em medicina ou engenharia ganhará, ao longo de toda a sua vida profissional, salários 15 a 20 vezes maiores do que a média nacional. Usar os impostos pagos pelos mais pobres para financiar os estudos de quem ocupará o topo da pirâmide social deveria ser visto como uma perversão por todos aqueles que pretendem combater as desigualdades. Curiosamente, não é o que ocorre. É claro que nem toda a esquerda é assim tão míope. Karl Marx, na “Crítica ao Programa de Gotha”, detona a ideia de usar o fundo de impostos para custear o ensino superior, justamente porque configura um subsídio dos mais pobres aos mais ricos.

Obviamente, existem complicações. Nem toda formação universitária proporcionará salários tão elevados quanto os de médicos e engenheiros. Professores do ensino básico, por exemplo, recebem menos do que a média dos que têm diploma superior. É esse tipo de problema — e como lidar com eles — que deveríamos discutir, em vez de abraçar palavras de ordem que nunca fizeram muito sentido.

**Fonte: Folha de SP**

## MEC quer trazer recurso para universidade com parcerias

### **Secretário diz que serão premiadas instituições que demonstrem boa governança e casos de sucesso**

O Ministério da Educação elabora um plano de parcerias entre universidades e empresas para ser discutido com reitores em 20 dias, segundo o secretário de ensino superior, Arnaldo Lima.

A ideia é que a pasta tome a dianteira na aproximação entre a pesquisa feita no que Lima caracteriza como universidades com espírito empreendedor e as necessidades do mercado. Entre os objetivos, segundo Lima, está permitir que as parcerias possam servir como uma nova fonte de recursos para as faculdades.

Ainda sem oferecer detalhes sobre o plano, Lima disse que a pasta quer premiar as escolas com bom desempenho. Também defende maior internacionalização das universidades brasileiras. "Queremos mensurar externalidades positivas e premiar casos de sucesso."

O governo Bolsonaro anunciou em abril cortes no orçamento das universidades federais e bolsas de pesquisa foram congeladas.

Lima disse que o contingenciamento era necessário por uma questão de responsabilidade fiscal e disse que educação segue como prioridade do governo.

Também afirmou ver com otimismo a possibilidade de os recursos serem liberados no segundo semestre, após uma eventual aprovação da reforma da Previdência.

Ele disse esperar que sejam direcionados para a educação recursos devolvidos pela Petrobras em acordo firmado pela Operação Lava Jato com autoridades dos Estados Unidos.

"O contingenciamento de curto prazo é por entendermos a importância da responsabilidade fiscal. Ela não é um fim em si mesmo. Queremos, com ela, atrair mais recursos para inovação."

Universidades apontam que, caso o corte seja mantido do modo como anunciado, não terão recursos para suas atividades até o final do ano. Associações de empresas que investem em inovação ouvidas pela Folha apontaram receio de que os cortes no orçamento das universidades leve o país a perder a corrida da inovação e ficar para trás na competição global.

Lima disse avaliar o nível de colaboração entre universidades e empresas ainda incipiente no Brasil.

Ele afirma que as inovações e as pesquisas deveriam trazer mais benefícios para as universidades do que para os professores e alunos responsáveis pela pesquisa.

Sobre dados do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) que indicam que as universidades federais são as maiores depositantes de patente no Brasil, ele disse acreditar que ter grande volume de produção não é o suficiente.

"Não é questão de quantidade, é questão de qualidade. Precisamos fazer as inovações chegarem às empresas para que o retorno chegue às universidades."

**Fonte: Folha de SP**

## Ministro diz que estuda propostas para ampliar recursos do Fundeb

### **Abraham Weintraub fala na Comissão de Educação da Câmara**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse hoje (22), que o Ministério da Educação (MEC) trabalha em uma proposta para ampliar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A pasta pretende também premiar aqueles que tiverem melhores resultados educacionais.

“A gente está trabalhando em uma proposta que melhore o Fundeb, amplie os recursos, acho muito importante. Sou a favor, sim, de dar mais autonomia a recursos, mas cobrar também algumas métricas, para que a gente tenha uma premiação para quem tiver melhor desempenho”, disse em audiência na Comissão de Educação na Câmara dos Deputados.

O Fundeb é, atualmente, uma das principais fontes de financiamento para as escolas de todo o país. Pela legislação vigente, o Fundeb tem validade até o final de 2020. Para tornar o fundo permanente, propostas com conteúdos relativamente semelhantes tramitam tanto no Senado Federal (PEC 33/2019 e PEC 65/2019), quanto na Câmara dos Deputados (PEC 15/2015). A diferença entre as propostas é o aumento da complementação da União, que passaria a colocar mais recursos no fundo. Atualmente, a União contribui com o equivalente a 10% dos recursos do Fundeb. Pela proposta da Câmara, esse percentual passaria para 30% em dez anos.

No Senado, a complementação chegaria a 30% em três anos ou a 40% em 11 anos, dependendo da proposta. O ministro não mencionou nenhuma porcentagem.

### **Contingenciamento**

Em diversos momentos na audiência, o ministro ressaltou as dificuldades financeiras pelas quais passa o país. “O país está quebrado e a gente tem que buscar eficiência”, disse.

Ele disse que o Brasil “está no limite de entrar em dissolvência fiscal”, e quando se chega a essa situação é preciso fazer escolhas. “Não adianta a gente tentar achar que recursos são infinitos. Não dá. Nossos recursos são finitos. Nossos desejos são infinitos”, disse, acrescentando “a gente tem que fazer escolhas, a gente não pode ter tudo que agente quer ao mesmo tempo”.

Sobre o contingenciamento de 3,4% do orçamento total das universidades federais, o ministro disse que “parte do que foi contingenciado pode ser resolvido”. Ele informou que tem recebido representantes de universidades federais e que nenhuma delas apresenta dificuldades, agora, que os recursos passarão a fazer falta em setembro. Weintraub voltou a afirmar que quer aplicar na educação os recursos recuperados de atos de corrupção praticados na Petrobras. O montante é de cerca de US\$ 600 milhões, o equivalente a R\$ 2,4 bilhões, e seria aplicado em educação e saúde. O ministro disse ainda que é necessário rever a forma como o dinheiro é gasto. De acordo com ele, os investimentos públicos hoje chegam ao equivalente a 7% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas pelo país).



De acordo com os últimos dados, de 2015, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é de 5,5% do PIB. “Dinheiro sempre ajuda, mas não é garantia de sucesso”.

#### Críticas

Weintraub criticou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que classificou como fracasso. “A gente usou R\$ 13 bilhões no Pronatec. A pessoa faz [o curso] e não consegue reverter isso em uma melhora de vida”, disse. Também criticou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) dizendo que é uma política equivocada da forma como é executada. Ele ressaltou o alto nível de inadimplência no Fies, que, de acordo com ele, chega a 50%. “Precisamos de política mais calibrada para financiar esses jovens”. Garantiu, no entanto, que o financiamento aos estudantes está mantido.

Segundo o ministro da Educação, o governo pretende valorizar os professores da educação básica, etapa que vai do ensino infantil ao ensino médio, que ganham menos que professores universitários. A intenção é atrair os melhores profissionais para essa etapa.

Weintraub também disse que a pasta pretende investir em incubadoras de startups. Para isso, poderão ser usados recursos de emendas parlamentares. Tratam-se, segundo ele, de iniciativas que “mudam a realidade da região”. “Não estamos inventando a roda. Ideias que estão dando certo, inclusive no Brasil, mas com pouquíssimos exemplos”.

Startups são pequenas empresas que estão no período inicial de desenvolvimento em condições de alto risco e incerteza. Geralmente são de base tecnológica, desenvolvidas a custos menores e processos ágeis.

#### Discussão

A sessão terminou em discussão, por volta das 14h. Os presentes teriam que desocupar o plenário para a realização de outra sessão no local. Tanto parlamentares quanto entidades da sociedade civil queriam ainda fazer perguntas ao ministro da Educação.

Deputados que defendiam a participação das entidades chegaram a abraçar estudantes para que eles não fossem retirados do plenário pela segurança da Casa.

Com gritaria e bate-boca, a sessão foi encerrada.

**Fonte: Agência Brasil**

## Pravaler levanta R\$ 300 milhões

A gestora de crédito universitário privado Pravaler (ex-Ideal Invest) levantou no mercado R\$ 300 milhões para concessão de novos financiamentos estudantis. A quantia representa um aumento de 50% em relação à captação anterior, realizada no ano passado.

"Essa é a maior captação que fizemos e poderíamos até ter levantando mais. Tivemos uma demanda por parte dos investidores que chegou a R\$ 1,2 bilhão", disse Luis Barros, CEO do Pravaler. A gestora tem ainda recursos dos bancos Itaú e Votorantim.

Desde sua fundação, em 2001, a gestora concedeu R\$ 3 bilhões em financiamentos para 150 mil estudantes, sendo que cerca de metade é de empréstimo sem cobrança de juros do aluno. A instituição de ensino é que absorve os encargos a fim de atrair estudantes.

A partir de 2015, com a redução do Fies, programa de financiamento estudantil do governo, a demanda por financiamento privado vem aumentando de forma expressiva, mas poucos bancos oferecem esse tipo produto porque o período de amortização é longo e o risco de inadimplência, alto.

Outra gestora que vem se destacando é a Fundacred, uma fundação sem fins lucrativos que já concedeu cerca de R\$ 2 bilhões em financiamentos para 88 mil alunos de graduação e também de cursos a distância.

Neste primeiro semestre, das 100 mil vagas de Fies ofertadas pelo governo, apenas 38,7% foram preenchidas. É a pior adesão já registrada na história do programa.

Desde a sua reformulação, em 2017, o programa vem registrando baixa adesão porque é difícil o aluno se enquadrar nas regras exigidas e o percentual da mensalidade financiado é baixo.

Neste ano, ainda houve problemas de integração entre os sistemas da Caixa e do MEC.

O redimensionamento do Fies, aliado à crise econômica, vem afetando também os grupos privados de educação, que não conseguem ver a receita obtida com a graduação presencial crescer. Esse impacto vem ocorrendo desde 2014. É cada vez menor o número de calouros com Fies nas instituições.

No início deste ano letivo, a Kroton teve uma queda de 73% no volume de ingressantes com Fies em relação a igual período de 2018. Na Anima, a redução foi de 10%, para 555 estudantes. Na Ser Educacional, o percentual de alunos com Fies caiu de 28% para 19%. Já na Estácio, que abriu novos cursos e campi, houve uma alta de 10% para 1,9 mil alunos.

**Fonte: Valor**